

**Políticas de Educação Patrimonial:
Considerações sobre as Casas do Patrimônio em Alagoas, Brasil**

DOI: 10.2436/20.8070.01.68

Silvana Pirillo Ramos

Doutora em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Professora da Universidade Federal de Alagoas, Brasil.

E-mail: silvanapirillo@uol.com.br

Greciene Lopes dos Santos

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

Consultora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura junto ao Departamento de Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Alagoas, Brasil.

Professora da Universidade Federal de Alagoas, Brasil.

E-mail: greciene.lopes@iphan.gov.br

Resumo

O artigo tem como objetivo promover reflexões sobre as políticas de Educação Patrimonial no Brasil e o planejamento, desenvolvimento e gestão do Programa Casas do Patrimônio, centrando-se em uma análise de sua situação atual no Estado de Alagoas. Em 2017, o referido programa consiste na principal ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para promover e ampliar os espaços de diálogo com a comunidade. É resultado de muitas discussões realizadas nos eventos de educação patrimonial com o objetivo de consolidar as ações educativas do Iphan voltadas para a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Em 2017, um total de 26 Casas do Patrimônio espalhadas em 15 estados brasileiros se constituem em instrumentos estratégicos de implementação da política de Educação Patrimonial no país e têm como proposta fomentar a interlocução entre Iphan, a sociedade civil e o poder público. São espaços para construção de caminhos para, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural, incentivadores da democratização do processo de patrimonialização dos bens culturais.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Casas do Patrimônio, Educação Patrimonial, Processo de patrimonialização.

1 INTRODUÇÃO

A política de Educação Patrimonial (EP) no Brasil é constituída por uma série de ações que ocorrem tendo como base uma concepção sócio histórica de patrimônio cultural e a compreensão de elementos necessários para sua preservação e salvaguarda. Sua construção, muitas vezes como “política de ausência de política”, perpassa todo um processo histórico, marcado por interesses múltiplos diferenciados e contraditórios que permeiam o processo de patrimonialização dos bens culturais, aqui compreendido como:

[...] intervenções de natureza patrimonial e predominantemente técnica que visam, acima de tudo, obter, através de uma operação de tombamento formal, um estatuto patrimonial e as operações de natureza diversa (arquitetônica, paisagística, urbanística, política, cultural, comercial, etc.) cujos objetivos, independentemente de um reconhecimento formal, assentam na exacerbação de um patrimônio ou do valor patrimonial de um objeto, para efeitos de consumo visual, turístico ou sustentação de um mercado urbano de lazeres (LEITE; PEIXOTO, 2009, p.95).

A discussão sobre Educação Patrimonial e sua importância sempre esteve presente nas agendas de setores diversos como educação, cultura, meio ambiente e principalmente nas agendas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), inicialmente chamado de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), órgão instituído pelo Governo de Getúlio Vargas, em 1937, através da Lei N.º 378, com o papel de reconhecer, preservar, fiscalizar, revitalizar e restaurar os bens culturais do Brasil. Por outro lado, tal presença constante nas agendas não viabilizou a estruturação de um programa com bases sólidas e nem mesmo trouxe clareza do que seria de fato a Educação Patrimonial e sua relação com a preservação do patrimônio.

A partir de um levantamento histórico é possível identificar a ausência de um programa nacional de Educação Patrimonial, sendo que as múltiplas ações, que se intitulam como ações de Educação Patrimonial, são pontuais, dispersas, descontinuas e frequentemente isoladas em determinados pontos do país.

A Portaria N.º 137, de 28 de abril de 2016, do Iphan parece trazer em cena a consolidação dos princípios dessa política, ao estabelecer diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan, colocando o Programa Casas do Patrimônio como eixo central no processo de construção. A portaria considera “que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais” e traz, no artigo 2º, uma concepção de Educação Patrimonial até então inédita na história do país:

[...] entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio

histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação (IPHAN, 2016)

Consideradas pela mesma portaria como instrumentos estratégicos de implementação da política de Educação Patrimonial, as Casas do Patrimônio são núcleos espalhados por várias localidades do país, espaços nos quais o Iphan, poder público e sociedade civil discutem conjuntamente as necessidades para compreensão, preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, considerando as especificidades e demandas de cada localidade e tentando promover a democratização e a gestão participativa dos bens culturais. Entre seus principais objetivos está a promoção e o incentivo da associação das políticas de patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico, em consonância e articulação com outros programas de revitalização e conservação do patrimônio.

Este artigo tem como objetivo promover reflexões sobre as políticas de Educação Patrimonial no Brasil e o planejamento, desenvolvimento e gestão do Programa Casas do Patrimônio, centrando-se em uma análise de sua situação atual, no Estado de Alagoas

A pesquisa se desenvolve, inicialmente pela recapitulação do histórico das concepções e ações de Educação Patrimonial no Brasil, por meio de revisão bibliográfica e documental e, na sequência, pelos registros de vivências e experiências profissionais junto à Superintendência do Iphan em Alagoas e da participação nos processos de implantação das duas Casas do Patrimônio, constituindo-se em pesquisa participante.

A pesquisa participante se estrutura em um processo no qual pesquisador é parte do grupo de sujeitos da pesquisa, ao mesmo tempo que vivencia a experiência, analisa, estrutura concepções, teoriza sobre a realidade no qual se insere (BRANDÃO, 1984). Trata-se de uma reflexão compartilhada, fruto da construção coletiva de crítica sobre o fenômeno e também de uma autorreflexão sobre a práxis cotidiana, momento peculiar para compreender e também para avaliar o processo.

2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

O Iphan hoje ultrapassa a função primeira de apenas preservar os bens culturais tocando um novo obstáculo: fazer a interlocução entre o sujeito social e o sujeito cultural. No século XX, observou Françoise Choay (2001, p.13), “as portas do domínio patrimonial” foram forçadas, um número cada vez maior de pessoas passou a se interessar pelo campo do patrimônio não apenas em sua vertente jurídica burocrática, mas, sobretudo, em sua dimensão sociocultural. Forçadas as portas, o domínio patrimonial dilatou-se a ponto de transformar-se em um terreno de fronteiras imprecisas. Desde a Carta de Atenas (1931), primeiro ato normativo internacional exclusivamente dedicado ao patrimônio cultural, até o momento, é fato que a preservação depende, principalmente, do conhecimento, e de uma educação voltada à compreensão e valorização dos objetos culturais (SOUZA, 2013).

A fase inicial de atuação do Iphan é conhecida como “fase heroica” (1937-1967), caracterizada pelas dificuldades enfrentados na implantação da política de preservação patrimonial, permeada de resistências e conflitos de interesse. Em seus primórdios o processo de patrimonialização está ligado à história oficial do Brasil, em

maioria contemplando os bens tombados imóveis de estilo barroco e luso brasileiro que representam e o modo de viver da classe dominante (casarões, engenhos, igrejas).

Por outro lado, mesmo com foco inicial do Iphan nessas ações, verifica-se os discursos sobre a necessidade de um efetivo envolvimento da população com o patrimônio cultural e de um processo educacional que trabalhasse com a conscientização sobre o valor do patrimônio e a importância de sua preservação presente no anteprojeto de sua criação em 1936, feito por Mario de Andrade. A ênfase era para a importância do acesso e conhecimento da população de seu patrimônio cultural.

Mário acreditava que, divulgando as produções artísticas, tanto as eruditas como as populares, criando condições de acesso a essas produções, se estaria contribuindo para despertar a população para o que costumava ficar reservado para o gozo das elites – a fruição estética – Desse modo, se estaria, ao mesmo tempo, democratizando a cultura e despertando na população o sentimento de apego às coisas nossas. (FONSECA, 2009, p.102)

De seus primórdios até 1967, o Iphan foi dirigido Rodrigo Melo Franco de Andrade, que, segue a mesma linha do Anteprojeto de Mario de Andrade, considerando a educação o único meio para conseguir a defesa do patrimônio. O dirigente chega a constatar a necessidade de organização “de uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado” (FLORÊNCIO ET ALL, 2014), mas as propostas não ultrapassam o contexto do discurso.

Por outro lado, é bom lembrar que o Brasil, sempre esteve presente nas conferências internacionais da UNESCO, e os documentos patrimoniais internacionais sempre reverberaram no Brasil de várias formas. Para a área da educação, na década de 1970, pode-se falar em avanços nos trabalhos com a efetiva execução de projetos referentes a educação patrimonial no país, e um divisor de águas foi o primeiro encontro de governadores, secretários da área cultural, prefeitos de Municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, onde se assinou o “Compromisso com Brasília”. Este documento traz a criação de cursos superiores voltados à preservação dos bens culturais e a sistematização dos entes federados, dentro de uma perspectiva descentralizadora, que iria, anos à frente, compor o artigo 30 da Constituição de 1988¹ (CALDEIRA, 2010). Neste momento, foi discutido um programa abrangente para todo o sistema educacional brasileiro, cuja proposta era de incluir nos currículos, de todos os níveis de ensino, matérias que versassem sobre o patrimônio cultural.

Em 1973, o Iphan cria do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), com proposta de promover a restauração do patrimônio com obras de infraestrutura que, entre outros elementos, integravam a questões referentes a preservação do patrimônio ao desenvolvimento do turismo.

Em 1975 inicia-se o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) que traz, de forma pioneira, a proposta de trabalhar com o patrimônio imaterial, bens que,

¹ Compete aos Municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

naquele momento, estavam fora da escala de valores do Iphan (FONSECA, 2009). Apresentava como objetivo construir um sistema referencial básico para a descrição e análise de dinâmica cultural brasileira, por meio, entre outros elementos, da criação de um banco de dados.

O CNRC, no final da década de 1970, passa a fazer parte da Fundação Pró Memória que tem um papel significativo no que se refere ao histórico das discussões da participação da comunidade e sua parceria com o Estado para a preservação do patrimônio cultural. O órgão tinha por base o conceito de memória dinâmica, em constante transformação ao longo do processo histórico.

Entende-se por Pró-Memória um conjunto de ações integradas e organicamente estruturadas que objetivam identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar bens do patrimônio cultural brasileiro, proporcionando à comunidade nacional melhor conhecimento, maior participação e o uso adequado desses bens (MAGALHÃES, 1979, p. 109).

Em 1981, a Secretaria da Cultura do Ministério da Educação lança um documento intitulado “Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC” e dá início ao “Projeto Interação” que também traz heranças dos princípios do CNRC, visando o reconhecimento das diferenças culturais e propondo um trabalho com base em uma metodologia de observação direta e com acompanhamento técnico periódico das experiências educacionais desenvolvidas. O projeto Interação tinha como proposta:

Ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. A participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local. (BRASIL, 1981, p10)

O projeto teve uma grande repercussão nacional em função dos avanços conceituais que trazia, mesmo assim, com a criação do Ministério da Cultura em 1985, o Interação não foi assumido como política pública e deixou de existir.

Por outro lado, uma discussão conceitual sobre Educação Patrimonial emerge em cena em 1983, durante o 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial de Petrópolis-RJ, como uma metodologia inspirada no modelo da *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra, a metodologia começa a ser divulgada em 1986, por meio da Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, para os professores da rede pública de ensino com o objetivo de formar o maior número possível de multiplicadores.

O conceito de patrimônio cultural, por sua vez, é totalmente ampliado na constituição de 1988, conforme se pode observar no Art. 216,

os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à

identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988)

O primeiro parágrafo do Artigo 216 estabelece a necessidade da “cooperação da comunidade” com o poder público, que juntos devem promover e proteger o patrimônio cultural. Ainda, como observa Pelegrini (2008) os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988 oferecem garantias ao “pleno exercício dos direitos culturais” e ao “acesso às fontes da cultura nacional”, além de admitir a contribuição dos indígenas e negros na formação da “nação” brasileira.

Em 1996, o Iphan lança o “Guia Básico de Educação Patrimonial” de autoria das arquitetas Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro. A obra é considerada pioneira no país no que se refere as discussões sobre educação patrimonial que careciam de trabalhos e pesquisas. Com tal publicação emerge em cena, pela primeira vez, um conceito de educação patrimonial no Iphan²:

[...] um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, caracterizado por ser um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-o para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 07)

A publicação do guia é concomitante a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) que, em seu art. 26, coloca a necessidade do reconhecimento e valorização das diversidades regionais, das características das diferentes culturas serem abordadas nos currículos do ensino básico. A referida lei tornava necessário um trabalho na educação básica com o patrimônio cultural, assunto novo, pouco explorado pela maioria dos educadores, que não tinham subsídios, desconheciam metodologias de trabalho, careciam de preparo e formação para desenvolver o trabalho.

Segundo Biondo (2016), outro fator importante para a consolidação da EP, foi a Portaria nº 230 de (2002), ao compatibilizar as etapas do licenciamento ambiental nas fases da pesquisa arqueológica. Esta, para além do campo da arqueologia e do licenciamento, cunhou pela primeira vez, em termos jurídicos, a expressão Educação Patrimonial. Explicita, no parágrafo 7º, artigo 6º, que

² A ideia de educação, participação social, diálogo e interação sempre esteve presentes, mesmo que timidamente, no campo da preservação do patrimônio, segundo CHAGAS (2004), as práticas educativas já faziam parte da ação cotidiana dos museus desde o século XIX, mesmo não sendo denominadas de “educação patrimonial” (SANTOS,2013).

[...] o desenvolvimento dos estudos arqueológicos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo) bem como programa de Educação Patrimonial, os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma.

Assim, estabelecendo sua obrigatoriedade, o Iphan abre caminho para a elaboração de diversos Programas de EP na última década.

Em 2004, por meio do Decreto nº 5.040/04, cria-se um centro administrativo denominado Gerência de Projetos e Educação Patrimonial (Geduc) com o objetivo de criar diretrizes, desenvolver projetos, sistematizar as ações, documentar experiências e definir quais os rumos pretendidos no país para a estruturação de uma Política Nacional de EP. A Geduc promoveu reuniões que podem ser consideradas marcos conceituais nas discussões sobre educação patrimonial no país como a Reunião Técnica de Educação Patrimonial (Pirenópolis/GO, 2004) e o I Encontro Nacional de Educação Patrimonial (São Cristóvão/SE, 2005).

Em 2009, o Decreto nº 6.844, cria a Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc), dentro do Departamento de Articulação e Fomento – DAF, sediada em Brasília que tem como função apoiar e divulgar as informações a respeito das ações desenvolvidas em diferentes localidades do país voltadas para esse fim. A Ceduc dá continuidade aos trabalhos, realizando vários outros encontros, seminários e oficinas com o objetivo de traçar “os possíveis caminhos a serem trilhados pelo campo da Educação Patrimonial, seus parâmetros de atuação, marcos conceituais, instrumentos legais e parcerias” (IPHAN, 2014)

O Programa Casas do Patrimônio é hoje, a principal ação do Iphan para promover e ampliar os espaços de diálogo com a comunidade. É resultado de muitas discussões realizadas nos eventos de educação patrimonial com o objetivo de consolidar as ações educativas do Iphan voltadas para a proteção do patrimônio cultural brasileiro. A Carta de Nova Olinda – CNO (publicada em 2009) é fruto destas discussões, e é hoje o documento oficial que estabelece os conceitos e as diretrizes, para o projeto Casas do Patrimônio.

3 PROGRAMA CASAS DO PATRIMONIO

As Casas do Patrimônio foram concebidas em 2005, pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam) do Iphan tendo com finalidade

[...] estruturar gradativamente as sedes das superintendências regionais e dos escritórios técnicos para funcionar como uma agência cultural local, preparada para atender a estudantes, pesquisadores, visitantes das áreas tombadas e à população em geral. (IPHAN, 2006).

Considerando-se que Iphan, desde seus primórdios, convive com o descrédito e a rejeição do público as suas ações sendo marcado pela falta de diálogo e, muitas vezes,

pela imposição de regras e exigências feitas em ocasião de tombamentos, entre os principais objetivos das Casas está a promoção da aproximação dos gestores regionais das superintendências do Iphan e dos seus escritórios técnicos da população local, promovendo a interação, a discussão e o desenvolvimento de ações no que se refere a preservação do patrimônio cultural estabelecendo novas formas de relacionamento do Iphan com a sociedade e com o poder público local que possam ser de interlocução e de parcerias no desenvolvimento dos trabalhos (BRASIL, 2013).

Dessa forma, compondo o público alvo das Casas do Patrimônio estão os próprios servidores do Iphan, como um incentivo para o estabelecimento de novas relações do órgão com a sociedade civil e o próprio governo municipal e estadual, tentando demonstrar a importância dessa aproximação para as ações de preservação do patrimônio cultural. (FLORENCIO ET ALL, 2014).

A Carta de Nova Olinda, elaborada em 2009, na Fundação Casa Grande – Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe em Nova Olinda-CE, durante o I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, considerada um marco no que refere a documentos patrimoniais justamente por ser um documento relativo ao processo de Educação patrimonial, traz o conceito de Casa do Patrimônio

[...] um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural [...]

Os objetivos e estratégias de ações são elaborados em uma linha de trabalho articulando sociedade civil, múltiplos setores governamentais e o próprio Iphan na gestão do patrimônio cultural considerado como um dos pilares do desenvolvimento sustentável. O quadro a seguir traz uma síntese dos objetivos e das principais estratégias das Casa do Patrimônio presentes Carta de Nova Olinda.

Quadro 1: Objetivos e Estratégias das Casas do Patrimônio

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
<ul style="list-style-type: none"> • Criar canais de interlocução com a sociedade e com os setores públicos responsáveis pelo patrimônio • Identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural; • Incentivar a participação social na gestão e proteção dos bens culturais; • Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico; • Aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos de apoio junto às comunidades, aos profissionais e gestores da área, às 	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento dos investimentos e políticas de fomento consonantes com as noções ampliadas de patrimônio, museologia social, educação dialógica, arte e cultura no Sistema Nacional de Patrimônio; • Educação patrimonial como tema transversal e interdisciplinar; • Elaboração de regimento próprio para cada Casa do Patrimônio; • Articulação e aglutinação de ações educativas junto à comunidade; Elaboração de plano de comunicação nacional, estadual e municipal para as Casas do Patrimônio; • Envolvimento das instituições educacionais formais e informais nos processos de educação patrimonial • Envolvimento de artistas, agentes e instituições culturais nos processos de educação patrimonial; • Garantia da manutenção do conceito gerador para o fortalecimento da identidade do projeto Casas do Patrimônio;

<p>associações civis, às entidades de classe, às instituições de ensino e aos setores públicos, para uma melhor compreensão das realidades locais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a apropriação, manutenção e valorização da identidade e dos aspectos históricos, culturais, artísticos e naturais locais, territoriais, regionais, nacionais, e internacionais, em prol do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de autonomia de gestão local; • Promoção ações de sensibilização e aproximação para estimular o protagonismo dos atores sociais; • Articulação da rede das Casas do Patrimônio com as redes já estabelecidas, tanto pelo Ministério da Cultura quanto pelos demais parceiros a serem mapeados; • Articulação com instituições de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e convênios; • Adoção de modelos de gestão do patrimônio cultural que tenham como perspectiva uma proposta de colaboração de saberes; • Estimulo aos estados e municípios para a criação de instrumentos legais que garantam suas participações continuadas nas Casas do Patrimônio; • Construção de uma rede integrada das casas do patrimônio e de instrumentos de operacionalização e manutenção e criação de banco de ações referenciais em educação patrimonial. • Fórum permanente de debate com encontros presenciais periódicos; Seminário nacional, de periodicidade anual, para avaliação
--	--

Fonte: Elaboração própria (adaptada da Carta de Nova Olinda), 2007

Como se pode observar os objetivos se estruturam no fomento a articulação, mobilização da sociedade na gestão e na política de preservação de bens culturais como instrumentos para o desenvolvimento econômico e social e as estratégias se concentram na sensibilização dos diferentes atores sociais estimulando seu engajamento e participação promovendo a educação patrimonial, conferindo transparência aos novos mecanismos de gestão da preservação do patrimônio cultural.

O Programa Casa do Patrimônio se desenvolve conjuntamente, cria condições e gera subsídios para o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC-CH), também sob coordenação do Iphan, que teve início em 2013, sendo considerado o mais significativo programa de revitalização do patrimônio da história do país, atuando em 44 cidades de 20 estados da Federação.

A base do PAC-CH é o planejamento integrado para a gestão do patrimônio cultural com enfoque territorial. Apresenta como objetivos prioritários: promover a requalificação urbanística dos sítios históricos e estimular usos que promovam o desenvolvimento econômico, social e cultural; investir na infraestrutura urbana e social; recuperar monumentos e imóveis públicos; financiar a recuperação de imóveis privados; fomentar as cadeias produtivas locais e promover os patrimônios culturais e históricos das cidades a nível nacional e internacional, especialmente para incentivar o turismo (IPHAN, 2009). Podem se inserir no Programa todas as cidades que possuem patrimônio protegido e que formulem Planos de Ação consistentes para enfrentar seus problemas estruturais e promover o desenvolvimento, a partir das potencialidades de seu patrimônio cultural. A execução das ações do PAC-CH, atende aos princípios de Conservação Integrada, sinalizando para um plano mais amplo de conservação que inclui, entre outras, ações de planejamento à longo prazo, estímulo econômico e Educação Patrimonial.

No quadro atual, surge uma nova forma de operacionalizar a gestão da preservação do patrimônio cultural como um instrumento de planejamento para as demais políticas sócio territoriais. As Casas do Patrimônio têm sua atuação articulada com várias outras políticas públicas como as Políticas de Educação, Cultura, Cidades, Justiça, Turismo e Meio-Ambiente, no âmbito nacional e local. Dessa forma as políticas de preservação do patrimônio cultural deixam de ser relegadas em segundo plano frente às demais políticas de cunho estruturantes e pensadas de forma desarticulada da política de planejamento urbano. (CASTRIOTA et al, 2009).

A presença das Casas de Patrimônio junto à população, promovendo diálogos, debates e discussões, é considerada fator central para possibilitar a gestão participativa e democratizar o próprio processo de patrimonialização. No eixo central da discussão sobre o processo de patrimonialização e a própria Educação Patrimonial está o Turismo, sendo que entre os principais objetivos do Iphan, está a promoção do turismo sustentável cuja base seria a gestão conjunta e participativa do patrimônio cultural.

A Carta Internacional sobre o Turismo Cultural elaborada pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios Históricos – ICOMOS, em 1999, reconhece o turismo como um dos principais veículos do intercâmbio cultural que “proporciona experiências profissionais, não só a partir da observação dos vestígios do passado, mas também através do contato com a vida atual de outros grupos humanos”, considera o turismo como oportunidade de encontro, conhecimento de diferentes culturas, contato com diversificados saberes e fazeres, espaço de ampliação de conhecimentos.

O Turismo Cultural é considerado um aliado na conservação do patrimônio, na medida em que pode ampliar o conhecimento do público em geral sobre esse patrimônio assim como as possibilidades de acesso e conseqüentemente a sensibilização e o envolvimento com o despertar do sentimento de preservação. O patrimônio cultural pode tornar-se autossustentável com o aproveitamento das vantagens econômicas para a sua conservação, criando recursos financeiros, desenvolvendo a educação e reorientando as políticas.

A Educação Patrimonial convida a população para o reconhecimento e interpretação de seu patrimônio e demanda organização e mobilização para um planejamento participativo. A população passa a ter total controle sobre o desenvolvimento da atividade turística, possibilitando a minimização de eventuais impactos negativos.

Com a Portaria Nº 137, de 28 de abril de 2016 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, as Casas do Patrimônio passam a ser instrumentos estratégicos de implementação da política de Educação Patrimonial. Estabelece-se diretrizes da educação patrimonial e os objetivos das Casas do Patrimônio que, conforme se pode observar no quadro abaixo são indissolúveis e interdependentes.

Quadro 02: Diretrizes da Educação Patrimonial e o Papel das Casas do Patrimônio

Diretrizes da Educação Patrimonial	Objetivos da Casa do Patrimônio
I. Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais;	I. Ampliar as possibilidades de diálogo entre o Iphan e a sociedade por meio da Educação Patrimonial;
II. Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens	II. Ampliar a capilaridade das ações do Iphan e interligar espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização do patrimônio cultural;
	III. Estimular a participação das comunidades nas

<p>III. Valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;</p> <p>IV. Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;</p> <p>V. Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;</p> <p>VI. Considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente.</p>	<p>discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais;</p> <p>IV. Interligar experiências e espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa, de modo a propiciar uma avaliação conjunta dos significados e alcances dessas iniciativas;</p> <p>V. Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico;</p> <p>VI. Aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos de apoio junto às comunidades, aos produtores culturais, às associações civis, às entidades de classe, às instituições de ensino e aos setores públicos, para uma melhor compreensão das realidades locais.</p> <p>VII. Ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas;</p> <p>VIII. Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional;</p> <p>IX. Considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar</p>
---	--

Fonte: Elaboração própria (adaptada da Portaria N° 137, de 28 de abril de 2016, Iphan)

No Quadro 02, podemos descrever, pela primeira vez na história do país, as bases sólidas de uma Política de Educação Patrimonial, com significativos avanços nas Diretrizes e, principalmente, com objetivos definidos para as Casas do Patrimônio, reconhecidas como as protagonistas no processo.

O Iphan está presente em todo o território nacional, com 27 superintendências uma em cada estado da federação e no Distrito Federal; 27 Escritórios Técnicos em cidades com conjuntos urbanos tombados e, ainda, cinco unidades especializadas: o Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular, o Sítio Roberto Burle Marx, o Centro Cultural Paço Imperial, o Centro Nacional de Arqueologia e o Centro Lucio Costa, reconhecido pela UNESCO como Centro de Categoria II, voltado para a formação em Gestão do Patrimônio e tendo como público alvo países de língua portuguesa e espanhola da América do Sul, África e Oceania (IPHAN, 2014, p.8).

Até o momento, o Iphan tem vinte e seis (26) Casas de Patrimônio, sendo 13 implantadas, dentro do que foi estabelecido para se qualificar um espaço como casa de patrimônio, que tem os seguintes procedimentos: Chamamento Público, Oficina de Implantação, Plano de Trabalho e Acordo de Cooperação Técnica (ACT) publicado no Diário Oficial da União. E treze (13) Casas do Patrimônio identificadas por “auto declaração”, ou seja, escritórios técnicos ou Superintendências do Iphan nos Estados que declararam atuar em conformidade com as diretrizes propostas pelo Iphan para as casas de patrimônio, mas que ainda não realizaram os procedimentos citados acima.

Quadro 3 - Total de casas de Patrimônio (até setembro de 2016)

Superintendências Estaduais com Casas de Patrimônio	15
Superintendências Estaduais com Casas de Patrimônio implantadas	11
Casas do Patrimônio auto declaradas	13
Casas do Patrimônio implantadas (novo modelo)	13
Casas de Patrimônio com Acordo de Cooperação Técnica (ACT)	2

publicado no Diário Oficial	
Total de Casas do Patrimônio (autodeclaradas + implantadas)	26

Fonte: Iphan/ Departamento de Articulação e Fomento (DAF), 2017

Figura 01: Distribuição das Casas do Patrimônio no Brasil



Fonte: Silas Medeiros, Iphan-AI, 2017

4 IPHAN EM ALAGOAS

Quem lançar um olhar atento sobre o Patrimônio Cultural de Alagoas, irá perceber que um amplo horizonte se abre. O Estado de Alagoas se constituiu a partir do desmembramento da antiga Capitania de Pernambuco, sua riqueza alude a importância de suas águas, tal abundância de leitos fluviais abrange quase a totalidade das suas terras o que reforça o Estado ser conhecido como “paraíso das águas”. Mas Alagoas não é só suas “águas” é um Estado que possui uma expressiva manifestação de referências culturais. A maior parte dessas referências presentes revela a variedade local da cultura popular tradicional, o que traduz a expressividade das contribuições do Estado para a própria diversidade cultural brasileira.

A trajetória do Iphan no Estado de Alagoas se inicia em 1937, quando o Instituto ainda se denominava Sphan, e Alagoas pertencia ao 1º distrito em Pernambuco, que era responsável pela ação institucional nos Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba. Esta estrutura foi mantida até a década de 1980, quando Alagoas passa então a pertencer a 8ª Coordenadoria Regional, junto com o Estado de Sergipe. Em 2004, o Iphan nacional passa por uma reformulação, onde foram criadas novas coordenações regionais, e é implantada a 17ª Superintendência do Iphan em Alagoas. Em 29 de setembro de 2010, é inaugurada sua Sede própria em Maceió, no bairro histórico e

portuário de Jaraguá. Durante este percurso a instituição em Alagoas realizou 12 tombamentos, e tem os seguintes processos de registro, como mostram os quadros 4 e 5 abaixo:

Quadro 4 – Relação de bens tombados em Alagoas

Bem tombado pelo Iphan em alagoas	local	ano	livro de tomo
Residência Maria dos Anjos (Convento dos Franciscanos) e Cruzeiro de Pedra	Penedo	29/12/1941	Histórico
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação	Porto Calvo	17/01/1955	Histórico
Convento e Igreja de São Francisco	Marechal Deodoro	04/11/1964	Histórico
Remanescentes da casa natal do Marechal Deodoro da Fonseca	Marechal Deodoro	25/08/1964	Histórico
Igreja de Nossa Senhora das Correntes	Penedo	28/07/1964	Histórico
Igreja de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos	Penedo	28/07/1964	Histórico
Casa de Graciliano Ramos	Palmeira dos Índios	03/06/1965	Histórico
Serra da Barriga; Quilombo dos Palmares; República dos Palmares	União dos Palmares	19/02/1986	Histórico, Etnográfico e Paisagístico
Conjunto histórico e paisagístico da cidade de Penedo	Penedo	30/10/1996	Histórico, Arquitetônico Etnográfico e Paisagístico
Sítio histórico e paisagístico de Piranhas	Piranhas	04/07/2006	Sítio Histórico e Paisagístico
Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Marechal Deodoro	Marechal Deodoro	29/06/2009	Conjunto arquitetônico e urbanístico
Igreja Nossa Senhor Mãe dos Homens	Coqueiro Seco	2011	Histórico

Fonte: Lista dos bens culturais inscritos nos livros de tomo - 1938/2012 , Iphan/AL,2017

Quadro 5 - Processos de Registros – Iphan/AL

Registro	Situação/Fase
<ul style="list-style-type: none"> • Ofício de Vaqueiro 	Em Análise preliminar Processos de Registro que ainda não passou pela Câmara do Patrimônio Imaterial.
<ul style="list-style-type: none"> • Matrizes do Forró • Repente • Bico e Renda Singeleza - AL • Literatura de Cordel • Cocos do Nordeste 	Em Instrução Técnica Processos de Registro que já passaram pela Câmara do Patrimônio Imaterial e, considerados pertinentes, estão em instrução técnica.

<ul style="list-style-type: none">• Festa de Bom Jesus dos Navegantes – Penedo/AL	Arquivado Processos indicados para arquivamento pela Câmara do DPI e Conselho Consultivo.
---	--

Fonte Iphan/Alagoas, 2017

Hoje um importante projeto da Superintendência do Iphan-AL para o Patrimônio Cultural Imaterial é o convênio firmado com a Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas – Secult, para a execução do Projeto: “Representações da Cultura Imaterial de Alagoas: mapeamento, fomento e salvaguardas”. A pesquisa buscou realizar um mapeamento nos 102 Municípios do Estado, de modo a ter um reconhecimento desses bens, como também efetivar proposições de estudos de caso e salvaguarda. Este Inventário Nacional das Referências Culturais pretende ser um importante passo para o reconhecimento e a valorização das manifestações culturais de Alagoas.

180

5 CASAS DO PATRIMÔNIO DE ALAGOAS

Muitas regionais do Iphan começaram a se utilizar da nomenclatura “Casa do Patrimônio” a partir do momento em que esta nova política foi se apresentando no órgão, mesmo que não se apropriassem, necessariamente, de suas diretrizes ou se encaminhassem de forma célere a sua consolidação, o que é justificável pela simultaneidade do uso dessas nomenclaturas ao próprio processo de formatação deste projeto enquanto política institucional (FIGUEIRO, 2017). A Superintendência de Alagoas adotou o título já em 2008, após reunião do colegiado da qual o superintendente trouxe a ideia das Casas do Patrimônio, quando, então, se licitou a obra da nova sede do Iphan em Maceió já com este novo conceito.

Como já apresentamos, as Casas do Patrimônio se propõe ser um espaço de interlocução entre Iphan, a sociedade e o poder público. E como dito antes, não é um espaço restrito à sua instalação física, mas um lugar capaz de ampliar o diálogo, fomentando experiências de valorização do patrimônio cultural, como recomenda a Carta de Nova Olinda (2009). A Superintendência do Iphan em Alagoas ao realizar a sua mudança de sede em Maceió apropriou-se desta discussão e inaugurou, em 2010, a Casa do Patrimônio de Maceió, o mesmo acontecendo nas sedes das cidades de Piranhas e Marechal Deodoro e, em 2014, em Penedo. Das quatro casas, temos duas implantadas (Maceió e Penedo), ou seja, constituídas a partir de chamamento público e de oficina de implantação, e duas declaradas (Piranhas e Marechal Deodoro).

As Casas de Patrimônio de Alagoas foram criadas a partir de projetos de implantação cujo foco foi dentro do conceito de espaços expositivos, três das quatro Casas foram criadas a partir de projetos de implantação cujo foco foi ter uma exposição permanente. Acreditamos que algumas interpretações sobre esta característica das CP como espaços museográficos, podem ter sido originadas em suas próprias trajetórias, tanto no cenário nacional quanto em Alagoas, como consequência da separação do Departamento de Museus - Demu do Iphan e criação do Ibram – Instituto Brasileiro de Museus (BIONDO, 2016).

A Casa do Patrimônio de Piranhas busca através de sua exposição apresentar a cidade no contexto do seu desenvolvimento urbano, que foi incentivado por dois fatores: a navegação através do Rio São Francisco e o transporte ferroviário. Ambos trouxeram crescimento e alterações significativas para o contexto local, e construíram

importantes referências culturais; uma delas é recordação sobre os modelos de barcos que trafegaram pelo Rio São Francisco, transportando passageiros ou mercadorias. A exposição apresenta um acervo formado por uma coleção de miniaturas de embarcações que navegaram no São Francisco.

Em Marechal Deodoro o antigo prédio da Casa de Câmara e Cadeia foi restaurado para ser a Casa do Patrimônio. A Casa possui um auditório onde é realizado o “Cine Mais Cultura”, projeto de divulgação do cinema, além de estar disponível para uso da comunidade. No momento, está em estruturação uma biblioteca especializada na Primeira República e um espaço exposições sobre a cidade.

A Casa do Patrimônio de Penedo foi implantada em um casarão, que foi restaurado para este fim, possui um auditório disponível para o uso da comunidade e apresenta uma exposição permanente sobre o século mais expressivo de desenvolvimento sócio econômico e cultural da cidade, de 1850 a 1950.

A sede da superintendência e Casa do Patrimônio de Maceió funciona em um trapiche (galpão) que pertencia à Rede Ferroviária, no bairro histórico de Jaraguá. Possui um auditório, uma área para exposições temporárias e, no andar superior, uma exposição permanente que tem como acervo a coleção de arte popular pertencente à artista plástica Tânia de Maia Pedrosa que foi cedida em comodato para o Iphan por vinte anos.

As casas funcionam em rede, por meio de um programa educativo comum, respeitando as especificidades de cada localidade na qual se inserem. O programa tem os seguintes projetos: “Ciclo de Palestras” que objetiva promover e potencializar as discussões com especialistas de áreas correlatas com o Patrimônio Cultural; “Educação Patrimonial com/nas escolas” ; Curso de formação para professores em educação patrimonial (convênio do Iphan/AL com a Secretaria Estadual de Educação), para formação dos professores da rede Estadual; “Visitas agendadas nas obras de restauração que o Iphan esteja realizando”, dentro do conceito de “obra aberta” com o objetivo de promover a participação direta da comunidade, possibilitando o acompanhamento e visitação durante todo o processo de restauração.

São muitas as dificuldades enfrentadas. Os recursos destinados as ações do Programa, em função da crise econômica e política que Brasil enfrenta, desde 2015, são escassos, principalmente para as áreas da cultura e da educação. Mas a principal dificuldade, que interfere diretamente no cumprimento dos objetivos previsto na Carta de Nova Olinda, consiste na identificação e fortalecimento dos vínculos das comunidades com o seu patrimônio e no encontro de estratégias para o incentivo a participação social na gestão e proteção dos bens culturais

É importante considerar um dos grandes empecilhos para o desenvolvimento do Programa é a própria situação sócio econômica do Estado de Alagoas que apresenta o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil (0,667). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, revelam que 22,3% da população do Alagoas vive na extrema pobreza, com até 1/4 de salário mínimo nacional e 22/% da população com 15 anos ou mais é analfabeta. A situação sócioeconômica leva a população ao que Giddens (2005, p. 265) denomina exclusão política:

Uma participação política ativa pode estar fora do alcance dos indivíduos socialmente excluídos, aos quais podem faltar informações, as oportunidades e os recursos necessários para o envolvimento no processo político. Fazer lobby, participar de

comícios e comparecer a reuniões políticas, tudo isso exige um grau de mobilidade, tempo e acesso a informações que podem estar faltando em comunidades excluídas.

Quando as necessidades básicas não são satisfeitas, os próprios significados do patrimônio cultural ficam comprometidos e muitas vezes esvaziam-se de qualquer sentido. Como afirma Canclini (1994, p. 102) “é compreensível que as classes populares, enredadas na escassez das moradias e na necessidade da sobrevivência, se sintam pouco envolvidas na conservação de valores simbólicos sobretudo se não são os seus.”

Compondo o processo de exclusão política está a dificuldade de acesso à educação. “À medida que declinamos a escala econômica e educacional diminuem-se as capacidades de apropriar -se do capital cultural transmitido pelas instituições” (Canclini, 1999, p. 23), ou seja há uma relação muito peculiar e de total interdependência entre condições econômicas, grau de escolaridade e capital cultural, que precisa ser considerada.

Dessa forma, pontuamos alguns elementos que limitam a participação efetiva da população no Programa e que entram o próprio processo de construção democrática estruturada no diálogo e na gestão participativa, como previsto na Carta de Nova Olinda.

As atividades realizadas até o momento pelas Casas do Patrimônio de Alagoas ainda não se firmaram por meio da construção coletiva de conhecimento e do diálogo permanente, conforme proposto pelo Iphan. As ações são pontuais, e muitas atividades são fomentadas por parceiros da comunidade cultural que procuram o Iphan para realização de ações diversas. Com base na experiência profissional junto à Superintendência do Iphan em Alagoas e a participação nos processos de implantação das duas Casas do Patrimônio, podemos afirmar que, embora haja intenções e sejam muitos os esforços para que a educação patrimonial seja uma prática transversal, esse é um exercício permanente, que segue em passos lentos, ainda com muitas resistências, uma vez que esse espaço de diálogo e interlocução da comunidade é algo muito recente e distante da prática cotidiana dos atores envolvidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo foi construir uma reflexão sobre as políticas de Educação Patrimonial no país e o planejamento, desenvolvimento e gestão do Programa Casas do Patrimônio, com uma apresentação da constituição e da situação atual das Casas no Estado de Alagoas

Após a recapitulação do histórico das discussões sobre educação patrimonial no país e as diversas ações implementadas, muitas vezes nomeadas como “políticas de educação patrimonial”, foi possível caracterizar o cenário atual do Programa Casas do Patrimônio.

Com base na análise do processo de concepção, dos objetivos e estratégias do Programa e das experiências cotidianas de trabalho com as Casas do Patrimônio no Estado de Alagoas podemos reconhecê-lo como um Programa inovador, principalmente pela consideração do patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar e estímulo a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais.

A pesquisa de Biondo (2016) demonstrou que existem atualmente diversificados entendimentos de Educação Patrimonial e de práticas educativas no âmbito das atividades realizadas pelo Iphan em suas representações regionais, como pela comunidade de pesquisadores, iniciativa privada e sociedade civil, em geral. É importante considerar que o campo da EP é um espaço de conflitos, que segundo Chagas (2004), não é tranquilo e não é pacífico; ao contrário, é território de litígio, aberto para trânsitos, negociações e disputas de sentidos.

As Casas do Patrimônio avançam no reconhecimento desses múltiplos entendimentos da Educação patrimonial e por se constituírem em espaços para que todos possam emergir em cena. Diálogos, debates e discussões diversas começam a delinear um caminho para proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural, promovendo maior democratização do processo de patrimonialização dos bens culturais.

REFERÊNCIAS

BIONDO, F G. **Desafios da educação no campo do patrimônio cultural: Casas do Patrimônio e redes de ações educativas**. Dissertação Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

BRANDÃO, C. R. (ORG.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, p. 51-81,1984

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988) Brasília, DF: Senado,1988

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC**. Brasília, DF: MEC,1981

BRASIL. Ministério do Planejamento (2009). **PAC-Cidades Históricas**. Disponível em: < <http://www.pac.gov.br/cidade-melhor/pac-cidades-historicas> >. Acesso em: 20 maio, 2014

BRASIL. Ministério do Turismo (2012). **Turismo Cultural**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estrutura_cao_segmentos/turismo_cultural.html> >. Acesso em: 19 setembro, 2012

BRASIL. Portal do Iphan (2013). **Casas do Patrimônio**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15489&retorno=pagnaIpha>> >. Acesso em: 20 maio,2014

CALDEIRA, C. C. Conservação preventiva: histórico. **Revista CPC**, São Paulo, nº 1, p. 91-102, abr. 2006. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n1/a06n1.pdf>. Acesso em :3 nov. 2010.

CANCLINI, N. G. Los Usos Sociales del Patrimonio Cultural In: AGUILAR, E. Patrimonio Etnológico. **Nuevas Perspectivas de Estúdio**. Consejería de Cultura. Junta de Andaluzia, 1999.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. nº 23, p. 94-115, 1994

CASTRIOTA, L. B. et al. PAC Cidades Históricas – oportunidade para a conservação integrada?. **Revista de História**, Juiz de Fora, v. 16, n. 2 p. 93-117, 2010

CHAGAS, M. Diabruras do Saci: museus, memória, educação e patrimônio. **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**, Departamento de Museus e Centros Culturais, Rio de Janeiro: Iphan, vol. 1, nº 1, 2004

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.

FIGUEIRÓ, F. B. **Casa do Patrimônio de Penedo: Entre novos paradigmas e antigas práticas**. Dissertação Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2017.

FLORENCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, A. B. (org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

FLORENCIO, S (et al). **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processo**. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.

FONSECA, M.C.L. **O Patrimônio em Processo**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2009

FONSECA, M. C. L. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: Iphan, nº 24, 1996.

GIDDENS, A. Pobreza, Previdência Social e Exclusão Social. In: **Sociologia**, Porto Alegre: Artmed, p. 254-281, 2005.

GONÇALVES, J R. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ministério da Cultura/Iphan, 2002.

GRUMBERG, E. **Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial**. Brasília: Iphan, 2007

HORTA, M DE L P, GRUNBERG, E; MONTEIRO, A Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Iphan, Museu Imperial, 1999

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Coordenação de População e Indicadores Sociais, IBGE: 2016

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (1999). **Carta Internacional sobre Turismo Cultural.** Disponível em: http://www.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf. Acesso em: 15, março, 2016

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Iphan adquire sobrado em João Pessoa para abrigar a primeira Casa do Patrimônio do país.** 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1702/iphan-adquire-sobrado-em-joao-pessoa-para-abrigar-a-primeira-casa-do-patrimonio-do-pais>. Acesso em: 19 ago. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Portaria nº 137**, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, seção 01, nº81, 29 de abril 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan) **Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas. Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania.** Ministério da Cultura. Brasília: Iphan, 2009. Disponível em < portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1332 >. Acesso em 24, julho, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Carta de Nova Olinda:** documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio. 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta_de_nova_olinda.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Carta ao cidadão / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).** Brasília, DF: Iphan, 2014 (1)

LEITE, R.P. PEIXOTO, P. Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto. **Cadernos Metrópole**, 21, p.93-104, 2009

MAGALHÃES, A. **Fundação Nacional Pró-Memória.** Boletim do Conselho Federal de Cultura (CFC), 1979

OLIVEIRA, A. F. B de. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Revista Cadernos do Ceom**, 21(29),p.. 20-38,2008

OLIVEIRA, C A P. **Educação Patrimonial no IPHAN.** Monografia (Especialização). Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Brasília, DF,, 2011

PELEGRINI, S C. A. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. In.: **Historia**, São Paulo, 27 (2), p. 145-173, 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), **Atlas Brasil (2013)**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/alagoas> Acesso em: 12, outubro, 2017.

SANTOS, G L dos. Brasil: (Re) descoberto nas suas imaterialidades. **Desigualdade & Diversidade** .Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio n. 14, p. 194-216, jan/jun, 2014

SOUZA, I.A.N. Educação Patrimonial nos documentos patrimoniais: Constituição de 1988 e planos de salvaguarda in TOLENTINO, A.B (org) **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades** . João Pessoa: Iphan, p.42-53,2013

SOUZA, I.A.N. Programa Casas do Patrimônio: da institucionalização ao iminente obscurantismo. **Revista Memore**, Tubarão, SC, v. 4, n. 1, p. 190-209, jan./abr. 2017

***Patrimonial Education Policies:
Remarks on the Heritage Houses in Alagoas, Brazil***

Abstract

The article aims at promoting reflections on Patrimonial Education Policies in Brazil and the planning, development and management of the Heritage Houses Program, focusing on analyzing its current situation in the State of Alagoas. In 2017, this program consists of the main action of the Institute of National Historical and Artistic Heritage (Iphan) to promote and expand spaces for dialogue with the community. It is the result of many discussions held at heritage education events with the objective of consolidating Iphan's educational actions aimed at the protection of Brazilian cultural heritage. In 2017, twenty-six Heritage Houses spread across fifteen Brazilian states are strategic instruments to implement the Patrimonial Education Policy in the country and are intended to foster interchange between Iphan, civil society and public power. They are spaces for building ways to safeguard, appreciation and u enjoyment of cultural heritage, encouraging the democratization of the patrimonialisation process of cultural assets.

Keywords: Cultural Heritage, Heritage Houses, Patrimonial Education, Patrimonialisation process.

Artigo recebido em 29/07/2017. Aceito para publicação em 28/10/2017.